

**Título: Análise das renúncias fiscais de tributos federais no período de 2003 a 2013**

Autor(es) Pamella Lopes Barbosa Pinheiro; Marcelo Pereira dos Santos\*

E-mail para contato: marcelo.santos.direitopublico@gmail.com

IES: UNESA / Rio de Janeiro

Palavra(s) Chave(s): renúncia; receita; equilíbrio; igualdade; princípios

### **RESUMO**

Diante de tamanha desigualdade deflagrada no atual Estado Democrático Brasileiro, deve-se destacar os incentivos fiscais que ocorrem no intuito de minimizá-las. Nesse sentido, o artigo analisa o instituto da renúncia de receita com os gastos tributários, tendo como base os últimos dez anos. Com isso poderá ser avaliada a extensão da sua concessão e os seus efeitos. Para aprofundamento do estudo será necessário avaliar princípios constitucionais existentes neste instituto. As renúncias de receita são baseadas no princípio da igualdade, pelo qual todos devem ser tratados de forma igualitária no limite de suas desigualdades. Além disso, também conta com o princípio da Supremacia do Interesse Público onde o foco deve ser a necessidade da coletividade, não deixando de observar o princípio da Transparência, o qual visa que todas as renúncias devem estar com os seus devidos demonstrativos. Com bases nesses princípios constantes na Constituição é que a renúncia se estabelece, e vem tomando maior dimensão no Brasil. Serão analisados os preceitos estabelecidos na lei de responsabilidade fiscal no tocante ao equilíbrio entre a receita e despesa. Além de apresentada a evolução do crescimento do instituto da renúncia de receita, explicitando o público ao qual busca alcançar. Na análise deste crescimento será verificado se houve limitação de abrangência ou de limitação do instituto e qual foi o impacto social alcançado em decorrência de renúncia de determinados tributos. Os resultados obtidos mostram que o instituto da renúncia fiscal vem aumentando a cada ano, como se verifica nos DGTs, documento emitido pela secretaria da Receita Federal em cumprimento ao estabelecido na Constituição Federal em seu artigo 165, 6º. Serão discutidas além dos pontos já citados, medidas tomadas durante o recorte temporal abrangido por este estudo, e as teses vigentes envolvendo prós e contras em relação a medidas de desoneração tributária, explicitando-se seus respectivos posicionamentos. É fato notório que a sociedade está em constante mudança de valores, costumes, e que o direito visa alcançar tais alterações, de forma a atender as demandas da atualidade. É por esta razão que o estudo, a pesquisa das novas necessidades e de seus fundamentos legais, bem como a possibilidade jurídica, em acordo com a Constituição e as Leis infraconstitucionais vigentes desse tornam de suma importância para a autora que tem o interesse em aprimoramento pessoal e profissional na área tributária. Para realização deste trabalho serão efetuadas pesquisas bibliográficas baseadas em artigos publicados e em trabalhos apresentados em seminários e congressos nacionais e internacionais nos últimos anos, a fim de responder as suas questões geradoras. Em suma, vê-se que os gastos tributários representam uma política pública estruturante que ao incentivar investimentos por parte de terceiros tem trazido progresso e redução de desigualdades nas diversas regiões do país.